Texto retirado do livro “Extensão ou Comunicação?” de Paulo Freire, para fins didáticos.

**b) REFORMA AGRÁRIA, TRANSFORMACÃO CULTURAL E O PAPEL DO AGRÓNOMO EDUCADOR.**

Dissemos, na primeira parte dêste capítulo, que o trabalho cio agrônomo educador não pode limitar-se, apenas, à esfera da substituição dos procedimentos empíricos dos camponeses por suas técnicas. Duas razões básicas nos levam a esta afirmação. Uma, porque é impossível a mudança do procedimento técnico sem repercussão em outras dimensões da existência dos homens; outra, pela inviabilidade de uma educação neutra, qualquer que seja o seu campo.

Na segunda parte dêste capítulo, interessa-nos analisar o papel que deve cumprir o agrônomo, sem nenhuma dicotomia entre o técnico e o cultural, no processo da reforma agrária.

O agrônomo não pode, em têrmos concretos, reduzir o seu quefazer a esta neutralidade inexistente: a do técnico que estivesse isolado do universo mais amplo em que se encontra como homem.

Assim é que, desde o momento em que passa a participar do sistema de relações homem-natureza, seu trabalho assume êste aspecto amplo em que a capacitação técnica dos camponeses se encontra solidária com outras dimensões que vão mais além da técnica mesma.

Esta indeclinável responsabilidade do agrônomo, que o situa como um verdadeiro educador, faz com que êle seja um (entre outros) dos agentes da mudança.

Daí que sua participação no sistema de relações camponeses-natureza-cultura não possa ser reduzida a um *estar diante,* ou a um *estar sôbre,* ou a um *estar para* os camponeses, pois que deve ser um *estar com* êles, como sujeitos da mudança também.

Esta responsabilidade não é exclusiva do agrônomo-educador nem dos educadores em geral, mas sim de todos quantos, de uma ou de outra maneira, estão dando sua contribuição ao esfôrço de reforma agrária.

Esta, como *processo* de transformação estrutural, não pode ser encarada como algo mecânico, que se desse fora do tempo, sem a presença dos homens.

A reforma agrária não é uma questão simplesmente técnica. Envolve, sobretudo, uma decisão política, que é a que efetua e impulsiona as proposições técnicas que, não sendo neutras, implicitam a opção ideológica dos técnicos. Daí que tais proposições, para falar só neste aspecto, tanto possam defender ou negar a presença participante dos camponeses como reais co-responsáveis pelo processo de mudança. Como também possam inclinar-se pelas soluções tecnicistas ou mecanicistas que, aplicadas ao domínio do humano, como, indubitàvelmente, o é o domínio em que se verifica a reforma agrária, significam fracassos objetivos ou êxitos aparentes.

“Não são as técnicas, mas sim a conjugação de homens c instrumentos o que transforma uma sociedade.”1

No processo da reforma agrária, não se deve tomar uma posição exclusivista em relação ao técnico ou ao humano. Toda prática de reforma agrária que conceba êstes têrmos como antagônicos é ingênua.

Nem a concepção vaziamente “humanista", no fundo reacionária e tradicionalista, antitransformação, que nega a técnica, nem tampouco a concepção mítica desta última, que implica num tecnicismo desumanizante; numa espécie de "messianismo” da técnica, em que esta aparece como salvadora infalível.

Este messianismo acaba, quase sempre, por desembocar em esquemas “irracionalistas”, nos quais o homem fica diminuído.

Ao tradicionalismo, que pretende manter o “status quo", o messianismo tecnicista, de caráter burguês, opte a modernização das estruturas, à qual se chegará mecânicamente. Segundo esta concepção, a passagem da estrutura arcaica à nova, modernizada, se dá do mesmo modo como quando alguém transporta uma cadeira de um lugar para outro.

Embora esta concepção mecanicista pretenda identificar sua ação modernizante com o desenvolvimento, parece-nos que é preciso distinguir uma do outro.

Na modernização, de caráter puramente mecânico, tecnicista, manipulador, o centro de decisão da mudança não se acha na área em transformação, mas fora dela. A estrutura que se transforma não é sujeito de sua transformação.

No desenvolvimento, pelo contrário, o ponto de decisão se encontra no ser que se transforma e seu processo não sc verifica mecânicamente. Desta maneira, se bem que todo desenvolvimento seja modernização, nem tôda modernização é desenvolvimento.

A reforma agrária deve ser um processo de desenvolvimento do qual resulte necessàriamente a modernização dos campos, com a modernização da agricultura.

Se tal é a concepção que temos da reforma agrária, a modernização que dela resulte não será fruto de uma passagem mecânica do velho até ela, o que, no fundo, não chegaria a ser propriamente uma passagem, porque seria a superposição do nôvo ao velho. Numa concepção não mecanicista, o nôvo nasce do velho através da transformação criadora que se verifica entre a tecnologia avançada e as técnicas empíricas dos camponeses.

Isto significa, então, que não é possível desconhecer o *back-ground* cultural que explica os procedimentos técnico-empíricos dos camponeses. Sôbre esta base cultural – em que se constituem suas formas de proceder, sua percepção da realidade – devem trabalhar todos os que tenham esta cu aquela responsabilidade no processo da reforma agrária.

Parece-nos que deve ficar muito claro que, se a transformação da estrutura latifundista, com a mudança da posse da terra, ao que se segue a aplicação da nova tecnologia, é um fator indiscutível de mudança na percepção do mundo dos camponeses, isto .não quer dizer que se prescinda da ação também sôbre o quadro cultural.

1 Octavio Paz – “Claude Lévi-Strauss o el nuevo Festin de Esopo" – Editorial Joaquin Mortiz – México, 1" edição, 1957, pág. 91.

Em última análise, a reforma agrária, como um processo global, não pode limitar-se à ação unilateral no domínio das técnicas de produção, de comercialização, etc., mas, pelo contrário, deve unir êste esfôrço indispensável a outro igualmente imprescindível: o da transformação cultural, intencional, sistematizada, programada.

Neste sentido, o *asentamiento,* na reforma agrária chilena, precisamente porque é uma unidade de produção (não há produção fora da relação homem-mundo, repitamos), deve ser também, todo êle, uma unidade pedagógica, na acepção ampla do têrmo.

Unidade pedagógica na qual são educadores, não sòmente os professôres que porventura atuam .num centro de educação básica, mas também os agrônomos, os administradores, os planificadores, os pesquisadores, todos os que, finalmente, estejam ligados ao processo.

É urgente que nos defendamos da concepção mecanicista. Em sua ingenuidade e estreiteza de visão, tende a desprezar a contribuição fundamental de outros setores do saber. Tende a se tornar rígida e burocrática.

Falar a um tecnicista da necessidade de sociólogos, de antropólogos, de psicólogos sociais, de pedagogos, no processo de reforma agrária, é algo que já provoca um olhar de desconfiança. Falar-lhe da necessidade de estudos na área da antropologia filosófica e da linguística já é então um escândalo que deve ser reprimido.

Na verdade, contudo, todos êstes estudos são de uma importância básica para o êxito que se busca na reforma agrária.

Que diria, por exemplo, um tecnicista, se lhe falássemos do valor de uma investigação linguística em tôrno do universo vocabular de áreas em processo de reforma e de áreas fora do processo? Jamais poderia descobrir uma série de aspectos fundamentais à sua própria ação no domínio do técnico. Desde a extensão mesma do vocabulário camponês à análise do conteúdo “pragmático” dos têrmos, ao estudo de seu “campo associativo de significação”, até à delimitação de possíveis “temas” significativos que se encontram referidos no “campo associativo de significação” dos têrmos. Jamais compreenderia a contribuição indiscuúvel dos estudos atuais da “antropologia estrutural”; da linguística, da semântica, em particular.

Tudo isto, para um tecnicista, é perder tempo, é devaneio de idealistas, de homens sem a visão do prático.

O mesmo continuaria pensando o tecnicista, se lhe falássemos da necessidade, dentro de igual perspectiva, de pesquisas e estudos em tôrno dos níveis da consciência camponesa, condicionados pela estrutura em que, através de sua experiência histórica e existencial, se vem constituindo esta consciência.

Não poderia compreender a “permanência”, na estrutura transformada, dos “aspecots míticos” que se formaram na velha estrutura. Para êle, como ortodoxo tecnicista e mecanicista, basta transformar a estrutura para que tudo o que se formou na estrutura anterior seja eliminado.

E quando, em seu desconhecimento do homem como um ser cultural, não tendo conseguido os resultados que esperava de sua ação unilateralmente técnica, busca uma explicação para o fracasso, aporta sempre “a natural incapacidade dos camponeses” como razão do mesmo.

Seu êrro ou seu equívoco é desconhecer que o tempo em que gerações viveram, experimentaram, trabalharam, morreram e foram substituídas por outras gerações que continuaram a viver, experimentar, trabalhar, morrer, não é um tempo de calendário.

É um tempo “real”, “duração”, como o chama Bergson. Por isto, é um tempo de acontecimentos em que os camponeses, de geração em geração, se foram constituindo em certa forma de ser, ou de *estar sendo,* que *per-dura* na nova estrutura. Esta é a razão pela qual, o tempo da estrutura anterior, de certo modo, e em muitos aspectos, “co-existe” com êste. Assim c que os camponeses, no tempo nôvo, revelam, em seus modos de comportar-se, de maneira geral, a mesma dualidade básica que tinham na estrutura latifundista. E é inteiramente normal que isto aconteça.

“O homem não é apenas o que é, mas também o que foi,”1; daí que *esteja sendo,* o que é próprio da existência humana. Daí que seja esta um processo que se dá no tempo mesmo dos homens enquanto a vida do animal e do Vegetal se dá num tempo que não lhes pertence, desde que lhes falta a consciência reflexiva de seu estar ao mundo. Por isto, só podemos falar de consciência histórica se nos referimos aos homens.

Há, desta forma, uma solidariedade entre o presente e o passado, em que o primeiro aponta para o futuro, dentro do quadro da continuidade histórica. Não há, portanto, fronteiras rígidas no tempo, cujas unidades “epocais”, de certa forma, se interpenetram.

Para a compreensão dêste fato, servir-nos-emos dos conceitos desenvolvidos por Eduardo Nicol2, quando discute a questão da verdade histórica, impossível de ser captada fora da continuidade da história.

São os conceitos de “estrutura vertical” e de “estrutura horizontal”.

A "estrutura vertical” constitui o quadro das relações de transformação homem-mundo. É com os produtos desta trans-formação que o homem cria seu mundo – o mundo da cultura que se prolonga no da história.

Este domínio cultural e histórico, domínio humano da “estrutura vertical”, se caracteriza pela intersubjetividade, pela intercomunicação.

Se esta intercomunicação, não obstante, só existisse dentro de uma mesma unidade “epocal”, não haveria continuidade histórica. Esta, que é indubitável, se explica na medida em que a intersubjetividade, a intercomunicação, sobrepassam a interioridade de uma unidade “epocal” e se estendem até à seguinte. Esta solidariedade intercomunicativa entre unidades “epocais” distintas constitui o domínio da “estrutura horizontal”.

Se isto é válido do ponto de vista da compreensão da ciência, do “logos”, a que chega uma unidade “epocal”, em relação horizontal com o “logos” ou a ciência de outra unidade, o é também para a compreensão das formas de ser e desconhecer no domínio da “doxa” de uma unidade epocal a outra.

1 Aspeamos esta frase por sua semelhança com a seguinte: “Mind is in all its manifestations not only what it is, but what it was.” – Barbu: *Problems of historical psychology.* 2 Eduardo Nicol – "Los princípios de la Ciencia”, Fondo de Cultura Económica – México, 1965 .

Dêste modo, não é passível esquecer a solidarieáade entre a “estrutura vertical” (no sentido de Nicol) da etapa latifundista e a nova estrutura do “asentamiento”. Solidariedade que se dá pela “estrutura horizontal”.

Daí que se imponha, a todos os que atuam no processo da reforma agrária, que levem em conta os aspectos fundamentais que caracterizavam a existência camponesa na realidade do latifúndio.

Sòmente a ingenuidade tecnicista ou mecanicista pode crer que, decretada a reforma agrária e posta em prática, tudo o que antes foi já não será; que ela é um marco divisório e rígido entre a velha e a nova mentalidade.

Na visão crítica do processo da reforma agrária, esta, pelo contrário, é uma ação totalizada que incide sôbre uma totalidade, que é a realidade que será transformada, sem que isto signifique que a nova realidade que vai surgir não esteja marcada pela anterior.

Daí que a visão crítica, respondendo aos desafios que o próprio processo da reforma agrária provoca, desenvolva um grande esfôrço de capacitação de pessoal especializado para seus trabalhos específicos, sem cair, contudo, em especialismos.

A capacitação técnica de especialistas cuja tarefa se realiza preponderantemente no campo da técnica se associa a reflexões, estudos e análises sérios das dimensões mais amplas nas quais se dá o próprio quefazer técnico.

Uma concepção crítica da reforma agrária, que sublinha a mudança cultural, que reconhece a necessidade da mudança da percepção1, abre um campo de trabalho altamente fecundo ao agrônomo-educador.

Desafiado pela visão crítica da reforma agrária, o agrônomo tem que preocupar-se com algo que vai mais além de uma mera assistência técnica.

Como agente da mudança, *com* os camponeses (agentes também), cabe a êle inserir- se no processo de transformação, conscientizando-os e conscientizando-se ao mesmo tempo. A conscientização, da qual falaremos na última parte do trabalho, é inter- conscientização.

1 Paulo Freire: “O papel do trabalhador coral no processo de transformação”.

Assim, enquanto que a concepção ingênuamente tecnicista da reforma agrária não leva em conta a permanência, na estrutura nova, do que era típico da anterior, julgando que a solução dos problemas está no “adestramento” 1 técnico, a visão crítica – sem esquecer a capacitação técnica – coloca esta num quadro mais amplo.

Na concepção crítica, esta capacitação não é o ato ingênuo de transferir ou “depositar” contendas técnicas. É, pelo contrário, o ato em que o proceder técnico se oferece ao educando como um problema ao qual êle deve responder.

A concepção crítica da reforma agrária (que está ao cor-rente do que significa a “estrutura vertical”, como mundo cultural e histórico, no qual a percepção, que é cultural, se constitui) esforça-se ao máximo no sentido da transformação da percepção.

Sabe também, porque é crítica, que esta transformação da percepção não se faz mediante um trabalho em nível pura-mente intelectualista, mas sim na praxis verdadeira, que demanda a ação constante sôbre a realidade e a reflexão sôbre esta ação. Que implica num *pensar* e num *atuar* corretamente.

Daí que, para esta concepção, segundo já sublinhamos, um vasto, profundo e intenso trabalho cultural se apresenta como totalmente indispensável.

A transformação cultural, que se irá inevitàvelmente processando com a transformação da realidade latifundista e da qual resultará a nova “estrutura vertical”, exige uma ação no setor da “cultura popular” que, interferindo deliberadamente no campo da percepção, ajudará a acelerar a própria transformação cultural.

Eis aí, no processo da reforma agrária, o quefazer fundamental do agrônomo: mais do que um técnico frio e distante, um educador que se compromete e se insere *com* os camponeses na transformação, como sujeito, *com* outros sujeitos.

1 A concepção critica não usa sequer o têrmo adestramento, referindo-se a homens.